



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
26 de janeiro
de 2021

Os fura-filas, o exemplo do Amazonas e a investigação meia-sola no Maranhão

O **Ministério Público** do Maranhão anunciou que está investigando as denúncias de irregularidades na vacinação em todo o estado. Os chamados fura-filas.

A matéria distribuída pela Assessoria de Comunicação do MP, no entanto, não diz qual o método de investigação.

Por outro lado, deixa claro que os procedimentos vão se limitar às denúncias encaminhadas ao parquet.

Ou seja, se ninguém sabe ou se atreveu a denunciar, tá limpo.

E mais, como pode o cidadão fiscalizar a vacinação se não é dado a ele o acesso aos dados?

Aliás, só vai aos locais de vacinação que está no grupo prioritário, e este está mais preocupado em se vacinar do que curiar quem está se vacinando.

Teve a sua dose, o que mais importa!

Além do mais, mesmo que queira ficar de olho, não tem como aferir se aquele sujeito à sua frente se enquadra ou não nos critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Tolo é pensar que as fraudes acontecem à olhos vistos!

No Amazonas, as defensorias públicas do Estado (DPE-AM) e da União (DPU), em conjunto com os Ministérios Públicos Federal (MPF), Estadual (MPE), de Contas (MPC) e do Trabalho (MPT) conseguiram liminar na Justiça obrigando a prefeitura de Manaus a divulgar todos os dias até às 22h, os nomes, CPF e profissão de todas as pessoas vacinadas.

A lista deve ser publicada no site oficial da prefeitura.

O Tribunal de Contas também entrou na parada e averigua a listagem.

O TCE-AM está cruzando os nomes e dados de quem tomou a vacina com folhas de pagamento e o sistema da Receita.

A Veja teve acesso à lista com exclusividade no último sábado, dia 23, antes de ele se tornar pública por

ordem da Justiça.

Constatou, diz a revista "que há quatro nomes repetidos, com CPFs diferentes, e duas situações em que, ao invés do nome do vacinado, aparece escrito 'Informe o CNS do Cidadão caso o CNS não seja'.

Enquanto isso em São Luís, o Portal da Transparência da Prefeitura sequer funciona.

Nem mesmo quanto custou o aluguel e as obras de adaptação do Multicenter Sebrae nos é dado a saber.

Será que é preciso desenhar?

Site: <http://garrone.com.br/os-fura-filas-o-exemplo-do-amazonas-e-a-investigacao-meia-sola-no-maranhao/>

Ministério Público ações para o Maranhão

Nesta segunda-feira (25) em reunião com o governador Flávio Dino, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, apresentou algumas iniciativas do **Ministério Público** do Maranhão, como a abertura de concurso público e a implantação de promotorias distritais na ilha de São Luís.

"Viemos dialogar com o governador sobre as novas ações do **Ministério Público**, como a criação de promotorias distritais que serão voltadas a aplicação de planos setoriais de **Direitos Humanos** com eixos que dizem respeito aos interesses da população. Além disso, vamos abrir concurso público para ampliação da estrutura do **Ministério Público**, com o objetivo de melhorar cada vez mais a vida das pessoas", disse o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau.

Para o governador Flávio Dino esses são temas importantes que dizem respeito aos interesses da população. "Assumimos o compromisso de o Governo do Maranhão apoiar o **Ministério Público** na estruturação dessas unidades porque achamos que vai na direção da ampliação do acesso à justiça que é essencial para que os direitos previstos na Constituição Federal sejam efetivamente usufruídos por todas as pessoas", assegurou o governador do Maranhão. No encontro, eles dialogaram ainda sobre as decisões recentes adotadas pelo Governo do Estado como a suspensão das festas de carnaval e as novas medidas da campanha estadual de vacinação - que inclui, além dos profissionais da saúde, pacientes em tratamento oncológico e que fazem hemodiálise.

"Devemos ter uma união forte no sentido da prevenção, que é um caminho decisivo, junto com a vacinação para que possamos vencer definitivamente esse terrível mal que é o coro-navírus.

Pedimos ainda que o **Ministério Público** nos ajude para que o Plano Estadual de Vacinação flua da melhor forma possível mediante essa parceria no âmbito do SUS que envolve o Governo Federal, o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais", concluiu o governador.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.272.orig.pdf>

Transição do ano letivo é tema de reunião entre MP e Semed

Com o objetivo de conhecer o plano de trabalho para a transição entre os anos letivos de 2020 e 2021, promotores de justiça que atuam na defesa da Educação, Paulo Avelar e Lindonjonson de Sousa, se reuniram, na manhã desta segunda-feira, 25, com a vice-prefeita e secretária municipal de Educação de São Luís, Esmênia Miranda, e sua equipe. O encontro foi realizado no Centro Cultural do **Ministério Público**.

A equipe da Semed apresentou as orientações que serão repassadas aos professores da rede municipal de ensino relativas às avaliações e registros finais. A ideia inicial da Semed é continuar com o ensino a distância e implantar o ensino híbrido no segundo semestre de 2021, se as condições sanitárias permitirem.

Segundo Esmênia Miranda, o ensino remoto disponibilizado pela rede pública municipal está passando por adaptações para garantir condições de trabalho aos professores e de aprendizado aos estudantes. "A Semed dará todo suporte para termos uma padronização do ensino na rede municipal", afirmou.

Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, Lindonjonson Gonçalves de Sousa, aproveitou a oportunidade para relembrar outras demandas do **MPMA**, como os casos das escolas comunitárias e de educação especial. "A gente precisa que essa adaptação seja feita da maneira correta, estando em contato direto com as escolas, para que o prejuízo seja mínimo", disse.

Paulo Avelar reafirmou a necessidade de diálogo e a disponibilidade para debater com o Poder Público a fim de resolver as demandas da sociedade. "Gostei da apresentação do plano de transição, mas vamos analisar mais detalhadamente o documento entregue pela Semed e dar o parecer do **Ministério Público** em breve", concluiu o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação.

A Semed ainda informou que está trabalhando no desenvolvimento de uma plataforma própria para auxiliar no ensino remoto. A princípio será utilizada a ferramenta "Google Classroom", esclareceu a secretaria.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.272.orig.pdf>

Ministério Público anuncia novas ações no Maranhão

Nesta segunda-feira (25) em reunião com o governador Flávio Dino, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, apresentou algumas iniciativas do **Ministério Público** do Maranhão, como a abertura de concurso público e a implantação de promotorias distritais na ilha de São Luis.

"Viemos dialogar com o governador sobre as novas ações do **Ministério Público**, como a criação de promotorias distritais que serão voltadas a aplicação de planos setoriais de **Direitos Humanos** com eixos que dizem respeito aos interesses da população. Além disso, vamos abrir concurso público para ampliação da estrutura do **Ministério Público**, com o objetivo de melhorar cada vez mais a vida das pessoas", disse o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau.

Para o governador Flávio Dino esses são temas importantes que dizem respeito aos interesses da população. "Assumimos o compromisso de o Governo do Maranhão apoiar o **Ministério Público** na estruturação dessas unidades porque achamos que vai na direção da ampliação do acesso à justiça que é essencial para que os direitos previstos na Constituição Federal sejam efetivamente usufruídos por todas as pessoas", assegurou o governador do Maranhão.

No encontro, eles dialogaram ainda sobre as decisões recentes adotadas pelo Governo do Estado como a suspensão das festas de carnaval e as novas medidas da campanha estadual de vacinação - que inclui, além dos profissionais da saúde, pacientes em tratamento oncológico e que fazem hemodiálise.

"Devemos ter uma união forte no sentido da prevenção, que é um caminho decisivo, junto com a vacinação para que possamos vencer definitivamente esse terrível mal que é o coronavírus. Pedimos ainda que o **Ministério Público** nos ajude para que o Plano Estadual de Vacinação flua da melhor forma possível mediante essa parceria no âmbito do SUS que envolve o Governo Federal, o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais", concluiu o governador.

Site: <https://issuu.com/pdfatosefatos/docs/26012021>

Procurador-geral de justiça apresenta pautas do MPMA ao governador

O governador Flávio Dino recebeu, na manhã desta segunda-feira, 25, no Palácio dos Leões, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, para tratar das demandas do **Ministério Público** do Maranhão com foco no atendimento aos cidadãos e realização de concurso para novos promotores de justiça.

"O procurador-geral apresentou algumas iniciativas do **Ministério Público** que têm convergência com a nossa visão acerca do desenvolvimento social do Maranhão, notadamente a preocupação com a ampliação do **Ministério Público**. Ele me informou que haverá abertura de concurso público, o que nós achamos de grande importância", afirmou Flávio Dino.

Outro ponto discutido foi a implantação de Promotorias de Justiça em regiões com maior vulnerabilidade social e densidade populacional. "O governo do Maranhão assumiu o compromisso de apoiar o **Ministério Público** na estruturação dessas unidades porque vão na direção da ampliação do acesso à justiça, essencial para que os direitos previstos na Constituição sejam efetivamente usufruídos pela população", afirmou o governador.

O esforço conjunto para essas demandas foi confirmado pelo procurador-geral de justiça. "O governador ficou bastante suscetível ao nosso concurso e nossas Promotorias Distritais. As iniciativas vão ao encontro daquilo que ele também pensa: nós temos que melhorar a vida dos hipossuficientes, ou seja, dos mais pobres e das minorias. Isso tudo foi tratado e alinhamos essas ações de comum acordo para que possamos cada vez melhorar mais a vida do cidadão".

Também presente à reunião, o **promotor de justiça** e diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais, José Márcio Maia Alves, esclareceu ao governador o projeto da administração do **MPMA** de intervenção na defesa de **direitos humanos** no Maranhão. "Composto por um tripé de ações, formado pela instalação das Promotorias Distritais em São Luís, elaboração de planos de ação sobre os seis eixos mais problemáticos no Maranhão e pela construção de normativas para orientar a construção dos planos de atuação das promotorias prioritariamente voltados para o atendimento dos interesses jurídicos invisibilizados".

O secretário de estado da Casa Civil, Marcelo

Tavares, e o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, participaram da reunião.

COVID-19

Na reunião, Flávio Dino anunciou ao chefe do **MPMA** a extensão da vacinação, como público prioritário, aos pacientes que estão em tratamento contra o câncer e aos que fazem hemodiálise.

"São pacientes que podem ter um quadro mais grave de coronavírus e, além de tudo, estão compulsoriamente expostos à uma rotina hospitalar, ou seja, obrigados a ir ao hospital com frequência e por isso podem estar expostos a uma carga viral mais significativa. Essa novidade foi informada ao dr. Eduardo Nicolau para que o **Ministério Público** nos ajude para que o plano de vacinação flua do melhor modo possível no âmbito do SUS".

O governador destacou, ainda, o trabalho do **Ministério Público** para suspender as festas de carnaval. "Há um alinhamento entre a visão do governo e a visão do **Ministério Público** no sentido de que nesse momento da pandemia não podemos correr riscos e expor a população. Pelo contrário, devemos ter uma união muito forte no sentido da prevenção, porque é um caminho decisivo para que, ao lado da vacinação, nós possamos vencer definitivamente esse terrível mal".

RECOMENDAÇÃO

Em 18 de janeiro, o **MPMA** recomendou aos Municípios maranhenses, Polícia Militar, Polícia Civil e realizadores de festas a observância imediata de normas e condutas para evitar a proliferação da Covid-19 no período de Carnaval, bem como enquanto durar a pandemia. O documento foi assinado pelo procurador-geral de justiça.

As festividades e eventos que possam ocasionar qualquer tipo de aglomeração não devem ser promovidos. A Recomendação também orientou os órgãos a negarem licenças e autorizações para tais finalidades festivas.

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/886144/procurador-geral-de-justica-apresenta-pautas-do-mpma-ao-governador>

MPMA começa a receber denúncias sobre vacinação da Covid-19

Paulo Roberto

Denúncias sobre pessoas que não são dos grupos prioritários e estariam recebendo a imunização, que surgiram em diversos estados, também estão sendo apuradas pelo **MPMA**.

De acordo com a Ouvidoria da instituição, diversos pedidos de informação a respeito do plano de vacinação foram recebidos desde a semana passada. Denúncias sobre irregularidades no processo de imunização começaram a ser registradas na Ouvidoria somente nesta segunda-feira, 25.

Após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica da Ouvidoria realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às promotorias responsáveis. No caso de possíveis "fura-filas", os casos estão sendo repassados às Promotorias de Justiça que atuam na defesa da **probidade administrativa**.

Para o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a participação da população é imprescindível para que se garanta o direito à vacinação de todos e da forma correta. "Precisamos exercitar a cidadania e isso passa pela garantia de direitos e pelo respeito às normas. Todos deverão ser imunizados, mas precisamos garantir que aqueles que estão mais expostos, como os profissionais da linha de frente da saúde, e aqueles que sofrem com as formas mais graves da doença, como os idosos, sejam priorizados", explicou.

Ainda de acordo com o procurador-geral de justiça, casos em que fique comprovado o desrespeito às regras estabelecidas poderão resultar em sanções tanto àqueles que inserem pessoas irregularmente na fila quanto aos que recebem a imunização sem estar nos grupos prioritários.

No caso da Ouvidoria, há diversos canais de atendimento: pessoalmente, na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261, Calhau, São Luís, Maranhão, CEP. 65076.820); por correspondência enviada à sede da instituição; e pelos telefones 0800 098 1600, 127, (98) 3219-1769, 3219-1767 e 3219-1738.

Também é possível entrar em contato com a Ouvidoria por meio das redes sociais WhatsApp: (98) 99137-1298; Facebook: facebook.com/pg/ouvidoriampma; Instagram: ouvidoriampma; Twitter: ouvidoriampma; pelo site <https://ouvidoria.mpma.mp.br/>; e-mail: ; ou pelo app **MPMA** Cidadão.

Site: <https://blogdopauloroberto.com.br/2021/01/mpma-comeca-a-receber-denuncias-sobre-vacinacao-da-covid-19/>

Transição do ano letivo em São Luís é tema de reunião entre MPMA e Semed

Promotores da Educação reuniram-se com secretária da Semed (Foto: Divulgação)

Com o objetivo de conhecer o plano de trabalho para a transição entre os anos letivos de 2020 e 2021, promotores de justiça que atuam na defesa da Educação, Paulo Avelar e Lindonjonson de Sousa, se reuniram, na manhã dessa segunda-feira, 25, com a vice-prefeita e secretária municipal de Educação de São Luís, Esmênia Miranda, e sua equipe. O encontro foi realizado no Centro Cultural do **Ministério Público**

secretaria.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2021/01/26/transicao-do-ano-letivo-em-sao-luis-e-tema-de-reuniao-entre-mpma-e-semad/>

A equipe da Semed apresentou as orientações que serão repassadas aos professores da rede municipal de ensino relativas às avaliações e registros finais. A ideia inicial é continuar com o ensino a distância e implantar o ensino híbrido no segundo semestre de 2021, se as condições sanitárias permitirem.

Segundo Esmênia Miranda, o ensino remoto disponibilizado pela rede pública municipal está passando por adaptações para garantir condições de trabalho aos professores e de aprendizado aos estudantes. "A Semed dará todo suporte para termos uma padronização do ensino na rede municipal", afirmou.

Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, Lindonjonson Gonçalves de Sousa, aproveitou a oportunidade para lembrar outras demandas do **MPMA**, como os casos das escolas comunitárias e de educação especial. "A gente precisa que essa adaptação seja feita da maneira correta, estando em contato direto com as escolas, para que o prejuízo seja mínimo", disse.

Paulo Avelar reafirmou a necessidade de diálogo e a disponibilidade para debater com o Poder Público a fim de resolver as demandas da sociedade. "Gostei da apresentação do plano de transição, mas vamos analisar mais detalhadamente o documento entregue pela Semed e dar o parecer do **Ministério Público** em breve", concluiu o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação.

A Semed ainda informou que está trabalhando no desenvolvimento de uma plataforma própria para auxiliar no ensino remoto. A princípio será utilizada a ferramenta "Google Classroom", esclareceu a

Carlos Lula retira decisão sobre suspensão de festas de pequeno porte no estado

Medida entraria em vigor nesta terça-feira (26). Secretário Carlos Lula disse que atende a manifestações de segmentos do setor.

Após divulgar a suspensão de eventos de pequeno porte em todo o Maranhão, o governo estadual voltou atrás e disse que não tomará mais a medida. Em uma postagem nas redes sociais, o secretário de Saúde, Carlos Lula, disse que a decisão foi tomada diante de manifestações do segmentos de eventos.

Dialogaremos com os envolvidos e o **Ministério Público** ao longo da semana para deliberar sobre o assunto , disse o secretário.

A suspensão dos eventos de pequeno estaria valendo a partir desta terça-feira (26) e duraria 14 dias, como forma de conter o avanço da pandemia de Covid-19. Nesta segunda (25), a ocupação de leitos de UTI exclusivos para Covid na Grande São Luís chegou a 82% e 93% em Imperatriz.

Outras medidas anunciadas:

O aumento da oferta de leitos em hospitais de referência do estado para pacientes com Covid-19;

Suspensão, por duas semanas, até 50% da capacidade, as cirurgias e consultas eletivas na rede estadual de saúde.

Aumento de leitos

Por conta do aumento no número de internações em enfermarias e Unidades de Terapia Intensiva (UTI), serão implementados novos leitos para pacientes com Covid-19 em hospitais de referência para a doença em São Luís e em municípios do interior do estado.

Carlos Lula explicou que o aumento no número de leitos é resultado do crescimento elevado nas taxas de ocupação. Segundo o secretário, os números registrado nos últimos dias no estado, é semelhante aos que foram notificados durante o mês de junho de 2020, período crítico da pandemia no Maranhão.

Nas últimas semanas tivemos uma aceleração muito grande no número de internações, muito grande mesmo, considerável. Então, as cidades de São Luís, Santa Inês, Pinheiro, Balsas e Imperatriz atingiram

taxas críticas de ocupação de seus leitos, o que a gente não via há muito tempo. Os dados da regulação de leitos apontam que o número de leitos solicitados, seja de enfermaria ou seja de UTI, remete a dados que tínhamos no mês de junho do ano passado. Então, de fato, tivemos um crescimento no número de casos , disse Lula.

Em São Luís, o Hospital Dr. Carlos Macieira vai voltar a atender casos exclusivos de internação para o novo coronavírus. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES), desde agosto, a unidade tinha 11 leitos de UTI para a doença e por conta do aumento de internações, o hospital chegou a 60 leitos exclusivos para a Covid-19.

Serão inaugurados, em 1º de fevereiro, mais 50 leitos no Hospital Aquiles Lisboa, no bairro Vila Nova. Já em Imperatriz, vão ser abertos mais 11 leitos no Hospital Macrorregional a partir de terça-feira (26). E a partir de terça, o Hospital Regional de Santa Luzia do Paruá, no interior do estado, vai passar a receber pacientes com Covid-19 vindos de Pinheiro e Santa Inês.

Atendimento de casos de Covid-19

A secretaria também anunciou uma mudança, a partir dessa terça-feira (26), no sistema da rede de atendimento aos pacientes com Covid-19, para conseguir atender a demanda da procura pelos serviços de saúde.

Na Grande Ilha de São Luís, as unidades mistas e Unidades Básicas de Saúde (UBS), vão continuar atendendo casos leves de Covid-19 e os hospitais do estado, devem atender casos moderados a grave. Veja como deve ficar:

UPA do Parque Vitória e Vinhais: passam a ser exclusivas para atendimento de pacientes com Covid-19, com casos moderados a graves;

UPA do Itaqui-Bacanga, Araçagy e Policlínica do Cohatrac: vão atender somente pacientes que não estão com Covid-19;

UPA Cidade Operária e de Paço do Lumiar: vão atender os dois tipos de caso, ou seja, pacientes com sintomas de Covid-19 ou sem sintomas.

Os hospitais Genésio Rêgo, Dr. Carlos Macieira, Raimundo Lima, HCl e Presidente Dutra passam a atender, exclusivamente, pacientes com Covid-19 que apresentem quadro clínico de moderado a grave.

Site: <https://arimateiajr.com/noticia/886142/carlos-lula-retira-decisao-sobre-suspensao-de-festas-de-pequeno-porte-no-estado>

Carlos Lula volta atrás e decide pela não suspensão de pequenos eventos

Paulo Roberto

O secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, informou na noite desta segunda-feira (25) que a suspensão de eventos com até 150 pessoas não será mais adotada neste momento.

"Diante das manifestações do segmento de eventos, resolvemos, por ora, não adotar a medida de suspensão de pequenos eventos que se iniciaria amanhã, 26/01/21", publicou Carlos Lula nas redes sociais.

"Dialogaremos com os envolvidos e o **Ministério Público** ao longo da semana para deliberar sobre o assunto", acrescentou.

As demais medidas anunciadas nesta segunda-feira continuam valendo, como a ampliação de leitos, a reorganização do atendimento na Grande Ilha, a suspensão de parte das cirurgias eletivas e a adoção de mais fiscalização.

A partir desta terça-feira (26), parte das cirurgias eletivas estão suspensas, assim como serão reduzidas em 50% as consultas ambulatoriais durante o período de 14 dias em toda rede estadual de saúde.

A testagem para Covid-19, em sistema de drive-thru, na Reserva do Rangedor continuará por tempo indeterminado, a princípio com o mesmo público, gestantes e idosos. O trabalho de orientação da Vigilância Sanitária Estadual também será reforçado nos estabelecimentos comerciais.

Site: <https://blogdopauloroberto.com.br/2021/01/carlos-lula-volta-atras-e-decide-pela-suspensao-de-pequenos-eventos-nao-sera-adotada-neste-momento/>

MP começa a receber denúncias de "fura filas" da vacina no Maranhão

Blog do Neto Webá

O **Ministério Público** do Estado do Maranhão está acompanhando o processo de vacinação contra o novo coronavírus em todo o estado. Denúncias sobre pessoas que não estariam nos grupos prioritários e estariam recebendo a imunização, que surgiram em diversos estados, também estão sendo apuradas pelo **MPMA**.

De acordo com a Ouvidoria da instituição, diversos pedidos de informação a respeito do plano de vacinação foram recebidos desde a semana passada. Denúncias sobre irregularidades no processo de imunização começaram a ser registradas na Ouvidoria somente nesta segunda-feira, 25.

Após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica da Ouvidoria realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às promotorias responsáveis. No caso de possíveis "fura filas", os casos estão sendo repassados às Promotorias de Justiça que atuam na defesa da **probidade administrativa**.

DENÚNCIAS

Qualquer pessoa pode formalizar uma denúncia a respeito do descumprimento das regras de vacinação contra a Covid-19 junto ao **Ministério Público** do Maranhão. As denúncias podem ser feitas junto à Ouvidoria do órgão ou diretamente às promotorias de justiça em todo o estado.

Para o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a participação da população é imprescindível para que se garanta o direito à vacinação de todos e da forma correta. "Precisamos exercitar a cidadania e isso passa pela garantia de direitos e pelo respeito às normas. Todos deverão ser imunizados, mas precisamos garantir que aqueles que estão mais expostos, como os profissionais da linha de frente da saúde, e aqueles que sofrem com as formas mais graves da doença, como os idosos, sejam priorizados", explicou.

Ainda de acordo com o procurador-geral de justiça, casos em que fique comprovado o desrespeito às regras estabelecidas poderão resultar em sanções tanto àqueles que inserem pessoas irregularmente na

fila quanto àqueles que recebem a imunização sem estar nos grupos prioritários.

No caso da Ouvidoria, há diversos canais de atendimento: pessoalmente, na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261, Calhau, São Luís, Maranhão, CEP. 65076.820); por correspondência enviada à sede da instituição; e pelos telefones 0800 098 1600, 127, (98) 3219-1769, 3219-1767 e 3219-1738.

Também é possível entrar em contato com a Ouvidoria por meio das redes sociais WhatsApp: (98) 99137-1298; Facebook: facebook.com/pg/ouvidoriampma ; Instagram: ouvidoriampma; Twitter: ouvidoriampma; pelo site <https://ouvidoria.mpma.mp.br/> ; e-mail: ouvidoria@mpma.mp.br ; ou pelo app **MPMA Cidadão**.

FISCALIZAÇÃO

No último dia 20, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Caop Saúde)**, emitiu ofício aos promotores de justiça de todos dos municípios maranhenses para que estes notifiquem os secretários municipais de saúde a fim de obedecerem a fila de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

O objetivo é assegurar o cumprimento da fila de prioridade definida pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Estadual de Saúde (SES). A desobediência à determinação deve ocasionar a responsabilização do gestor, inclusive por **improbidade administrativa**.

O **Caop Saúde**, ao considerar a necessidade de atuação institucional conjunta, sugeriu aos promotores de justiça que requisitem aos secretários municipais de Saúde quais as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIS), residências terapêuticas e residências inclusivas que receberão vacinas.

Também foi solicitado aos promotores de justiça que requisitem informações sobre o cumprimento dos critérios de prioridade, atualização diária do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e a lista das pessoas vacinadas. Além disso, os secretários municipais de Saúde devem divulgar diariamente, no Portal da Transparência, a quantidade de doses aplicadas e a quantidade em estoque.

Site: <https://www.netoweba.com.br/2021/01/mp-comeca-receber-denuncias-de-fura.html>

MPMA discute problemas da rede de proteção à pessoa idosa em Imperatriz

O **Ministério Público do Maranhão** se reuniu com representantes da Rede de Proteção à Pessoa Idosa na última sexta-feira, 22, para discutir **problemas** no atendimento do Lar São Francisco e Lar Renascer. A reunião foi convocada pelo **promotor de justiça** Alenilton Santos, atualmente respondendo pela 4ª Promotoria de Justiça Especializada na Pessoa Idosa e com Deficiência de Imperatriz.

De acordo com o representante do **Ministério Público**, o encontro foi motivado pelo relatório das visitas institucionais realizadas pelo **MPMA** aos referidos abrigos, ainda em 2020. Também participaram da reunião representantes do Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Delegacia de Polícia de **Proteção ao Idoso**.

O promotor informou que o objetivo do encontro foi alinhar o trabalho na rede de proteção e dar encaminhamento às medidas para solucionar os **problemas** encontrados. "A questão mais urgente a ser solucionada é o protocolo psiquiátrico desatualizado que precisa ser revisto e melhorado", disse Alenilton Santos.

Conforme a investigação apontou, muitos idosos que sofrem de transtornos mentais não são tratados com a devida celeridade, ocasionando vários prejuízos à **saúde** dos atendidos. Igualmente foi discutida a necessidade de criação de um abrigo mantido pelo **Município** em razão do número de idosos que necessitam de moradia.

ABRIGO

O **Ministério Público do Maranhão** já propôs **Ação Civil Pública** no início de 2020 pedindo que a Justiça obrigue o **Município** a criar e manter a instituição, assinada pelo **promotor de justiça** Joaquim Júnior.

No final de 2020 o **promotor de justiça** Alenilton Santos provocou o Judiciário pedindo celeridade no julgamento do processo.

"A reunião também teve a finalidade de ouvir os representantes dos órgãos da rede de proteção às pessoas idosas sobre as dificuldades encontradas no cotidiano para uma possível intervenção do **Ministério Público**", relatou o **promotor de justiça** Alenilton

Santos.

A Promotoria do Idoso já acordou com as entidades nova reunião para discutir os **problemas** e as medidas a serem adotadas, com data ainda a ser definida.

(Iane Carolina / CCOM-**MPMA**)

Site:

<https://oprogresonet.com/centraldocliente/download/RVRfNcJ=x9Xt9yLSmpTbIDnrPQTV6wF9IxM72t0>

MPMA começa a receber denúncias sobre vacinação da Covid-19

O **Ministério Público** do Estado do Maranhão está acompanhando o processo de vacinação contra o novo coronavírus em todo o estado.

Denúncias sobre pessoas que não estariam nos grupos prioritários e estariam recebendo a imunização, que surgiram em diversos estados, também estão sendo apuradas pelo **MPMA**.

De acordo com a Ouvidoria da instituição, diversos pedidos de informação a respeito do plano de vacinação foram recebidos desde a semana passada. Denúncias sobre irregularidades no processo de imunização começaram a ser registradas na Ouvidoria somente nesta segunda-feira, 25.

Após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica da Ouvidoria realiza uma primeira triagem, encaminhando as denúncias às promotorias responsáveis. No caso de possíveis "fura filas", os casos estão sendo repassados às Promotorias de Justiça que atuam na defesa da **probidade administrativa**.

DENÚNCIAS

Qualquer pessoa pode formalizar uma denúncia a respeito do descumprimento das regras de vacinação contra a Covid-19 junto ao **Ministério Público** do Maranhão. As denúncias podem ser feitas junto à Ouvidoria do órgão ou diretamente às promotorias de justiça em todo o estado.

Para o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, a participação da população é imprescindível para que se garanta o direito à vacinação de todos e da forma correta.

"Precisamos exercitar a cidadania e isso passa pela garantia de direitos e pelo respeito às normas. Todos deverão ser imunizados, mas precisamos garantir que aqueles que estão mais expostos, como os profissionais da linha de frente da saúde, e aqueles que sofrem com as formas mais graves da doença, como os idosos, sejam priorizados", explicou.

Ainda de acordo com o procurador-geral de justiça, casos em que fique comprovado o desrespeito às regras estabelecidas poderão resultar em sanções tanto àqueles que inserem pessoas irregularmente na

fila quanto àqueles que recebem a imunização sem estar nos grupos prioritários.

No caso da Ouvidoria, há diversos canais de atendimento: pessoalmente, na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261, Calhau, São Luís, Maranhão, CEP. 65076.820); por correspondência enviada à sede da instituição; e pelos telefones 0800 098 1600, 127, (98) 3219-1769, 3219-1767 e 3219-1738.

Também é possível entrar em contato com a Ouvidoria por meio das redes sociais WhatsApp: (98) 99137-1298; Facebook: facebook.com/pg/ouvidoriampma; Instagram: ouvidoriampma; Twitter: ouvidoriampma; pelo site <https://ouvidoria.mpma.mp.br/>; email: ouvidoria@mpma.mp.br; ou pelo app **MPMA** Cidadão.

FISCALIZAÇÃO

No último dia 20, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Caop Saúde)**, emitiu ofício aos promotores de justiça de todos dos municípios maranhenses para que estes notifiquem os secretários municipais de saúde a fim de obedecerem a fila de prioridade na vacinação contra a Covid-19.

O objetivo é assegurar o cumprimento da fila de prioridade definida pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Estadual de Saúde (SES). A desobediência à determinação deve ocasionar a responsabilização do gestor, inclusive por **improbidade administrativa**.

O **Caop Saúde**, ao considerar a necessidade de atuação institucional conjunta, sugeriu aos promotores de justiça que requisitem aos secretários municipais de Saúde quais as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIS), residências terapêuticas e residências inclusivas que receberão vacinas.

Também foi solicitado aos promotores de justiça que requisitem informações sobre o cumprimento dos critérios de prioridade, atualização diária do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e a lista das pessoas vacinadas. Além disso, os secretários municipais de Saúde devem divulgar diariamente, no Portal da Transparência, a quantidade de doses aplicadas e a quantidade em estoque. (CCOM-**MPMA**)

Site:

<https://oprogressonet.com/centraldocliente/download/VRfNcJ=x9Xt9yLSmpTbIDnrPQTv6wF9IxM72t0>

Após endurecer medidas, governo recua e mantém eventos no Maranhão

Após anunciar o endurecimento das Medidas de restrição social, com a proibição de pequenos eventos no Estado, o Governo do Maranhão voltou atrás e manteve a autorização para estes eventos.

A medida, em primeiro aspecto, serviria para conter a circulação do coronavírus e consequente aumento na ocupação de leitos de UTI.

Levantamento feito por O Estado com base em dados da Secretaria de Estado da Saúde (SES) apontou que o Maranhão, em um mês, registrou alta de 47 pontos percentuais na ocupação dos leitos de Unidades de Terapia Intensiva na Região Metropolitana de São Luís e em Imperatriz.

Por enquanto, as suspensões das cirurgias eletivas e ambulatoriais por 14 dias estão mantidas.

No caso dos eventos, a SES ainda debaterá o tema com representantes do segmento e com membros do **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**).

Segundo o Governo, bares e restaurantes seguem funcionando normalmente, no entanto, medidas futuras mais impositivas não estão descartadas. "Se precisarmos tomar outras medidas mais severas nos próximos dias, nós iremos tomar", disse o secretário de Saúde do Estado, Carlos Lula.

De acordo com o gestor, o des-cumprimento de regras como o uso de máscaras e, principalmente, a promoção de festas particulares de fim de ano são as causas apontadas para o aumento na ocupação de leitos de internação.

A SES confirmou mudanças nos fluxos de atendimento na capital. As unidades de Pronto Atendimento (UPA) do Parque Vitória e A estimativa do governo maranhense é de aumento "bem considerável" de óbitos devido à Covid-19 no Maranhão nos próximos dias. De acordo com a SES, a perspectiva se dá pela elevação no número de casos graves.

Em entrevista coletiva, o titular da SES, Carlos Lula, não quis estimar o aumento no percentual. "O Maranhão era um dos estados com menor taxa de óbitos. Com o aumento de internações, por consequência, vai haver um do Vinhais por exemplo passarão a ser exclusivas para a Covid-19, bem como

o Hospital Carlos Macieira.

Ainda na capital, até o início do próximo mês, 50 novos leitos estarão disponíveis no Hospital Aquiaumento nas mortes. É uma conta matemática", afirmou Atualmente, de acordo com dados da própria pasta, o Maranhão registra pouco mais de 4.640 mortes em virtude da Covid-19.

No entanto, este dado pode aumentar devido à ocupação de leitos, de casos mais graves e devido a pendência de casos suspeitos. Pelo menos 1,1 mil mortes no Estado aguardam por confirmação oficial de suas causas.

les Lisboa, no bairro Vila Nova. Já em Imperatriz, deverão ser entregues hoje (26) 11 novos leitos de UTI. Cidades como Viana e outras também terão remanejamento nos fluxos de atendimento. Colapso Ainda de acordo com a SES, até o dia 25 do mês passado, apenas 34,8% dos leitos de UTI na Ilha estavam ocupados. Este índice passou, um mês mais tarde, para 81%. Em Imperatriz, há 30 dias, o índice era de 40,6%. Até o último boletim da SES, o percentual de preenchimento de leitos de UTI na cidade era superior a 90%.

Na Grande Ilha, dos 111 leitos disponíveis até o fechamento desta edição, apenas 21 estavam desocupados. Em Imperatriz, até ontem (25), eram três leitos disponíveis.

Segundo a SES, os índices de ocupação atuais são similares aos registrados em junho do ano passado, quando a pandemia ainda estava no auge, em maio do mesmo ano. "A grande contaminação se deu nas festas de fim de ano. A gente falava de eleição, mas é um número muito pequeno de pessoas que se envolve nisso. No caso do Natal, isso envolve muitas pessoas eu aumento foi no mundo inteiro", disse Carlos Lula.

Denúncias de casos de "fura-fila" começam a ser registradas em SL

O **Ministério Público** do Maranhão (**MPMA**) está acompanhando denúncias de casos de "fura-fila", tanto em São Luís quanto no interior do estado. De acordo com o **MPMA**, as denúncias sobre pessoas fora dos grupos prioritários, porém que estariam recebendo a imunização, começaram a ser registradas na Ouvidoria somente nesta segunda-feira, 25. Os casos estão sendo apurados pelo **MPMA**.

Após o recebimento das demandas, a Assessoria Jurídica da Ouvidoria realizou uma primeira triagem, e encaminhou as denúncias às promotorias responsáveis. De acordo com o **MPMA**, no caso de possíveis "fura-filas", as denúncias estão sendo repassadas às Promotorias de Justiça que atuam na defesa da **probidade administrativa**. Caso a denúncia seja comprovada, o **MPMA** explica que poderá ser resultado em sanções aos que furaram a fila de vacinação e também àqueles que facilitaram e inseriram a pessoa irregularmente na fila.

"Precisamos exercitar a cidadania e isso passa pela garantia de direitos e pelo respeito às normas. Todos deverão ser imunizados, mas precisamos garantir que aqueles que estão mais expostos, como os profissionais da linha de frente da saúde, e aqueles que sofrem com as formas mais graves da doença, como os idosos, sejam priorizados", explicou o procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, que enfatizou a necessidade da participação da população para garantir o direito à vacinação de todos de forma correta.

O **Ministério Público** ainda disponibilizou canais para realização de denúncias em relação a vacinação contra a Covid-19. Qualquer pessoa pode denunciar ações irregulares, por meio da Ouvidoria do órgão ou diretamente às promotorias de Justiça, em todo o estado.

No caso da Ouvidoria, os canais de atendimento são pessoalmente, na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (Avenida Professor Carlos Cunha, 3261, Calhau, São Luís, Maranhão, CEP 65076.820); por correspondência, enviada à sede da instituição; e pelos telefones 0800 098 1600, 127, (98) 3219-1769, 3219-1767 e 3219-1738.

Também é possível entrar em contato com a Ouvidoria, por meio das redes sociais WhatsApp: (98)

99137-1298; Facebook: facebook.com/pg/ouvidoriampma; Ins-tagram: ouvidoriampma; Twitter: ou-vidoriampma; pelo site <https://ou-vidoria.mpma.mp.br/>; e-mail: ouvidoria@mpma.mp.br; ou pelo app **MPMA** Cidadão.

Imunização em São Luís A capital maranhense já vacinou cerca de 9 mil pessoas do grupo prioritário, entre profissionais de saúde acima dos 60 anos, profissionais de saúde que estão nos setores de urgência e emergência em unidades que atuam no combate à Covid-19 e pessoas idosas em instituições (asilos) consideradas de risco.

Nesta segunda-feira, 25, um novo grupo começou a receber imunização, os profissionais de saúde entre 40 a 59 anos de idade, fazendo com que São Luís atinja 70% das aplicações de doses da CoronaVac, vacina produzida pelo Instituto Butantan. No total, serão vacinadas nesta primeira etapa, pela vacina produzida em São Paulo, 13 mil pessoas, contando com a segunda dose.

No último domingo, 24, chegou ao Maranhão as doses da vacina AstraZeneca, produzidas na Índia. De acordo com o Secretário de Saúde do Maranhão, Carlos Lula, elas serão repassadas para os municípios ao atingirem 70% das aplicações da CoronaVac. Conforme a Secretária Municipal de Saúde de São Luís (Semus), preliminarmente serão 14 mil doses destinadas para a capital.

A Semus também informou que, assim que as doses forem repassadas para o Município, a aplicação deverá ocorrer de forma imediata, conforme os públicos indicados pelo Plano Municipal de Vacinação.

Aumento de casos na Grande Ilha Em entrevista à imprensa, ontem, o secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, chamou atenção para aumento de casos entre jovens de 24 a 34 anos na Ilha de São Luís. De acordo com boletim epidemiológico do último domingo, 24, 73,33% dos leitos de enfermagem da região metropolitana estavam ocupados, enquanto nos leitos de UTI, a ocupação é de 81,08%.

Em conversa com O Estado, o epidemiologista Antônio Augusto Moura da Silva alertou para o risco de aumento de casos, mesmo durante a imunização. "Para proteger a população, precisamos vacinar cerca

de 60% a 70% das pessoas. Isso só deve ocorrer no Brasil no fim deste ano ou começo de 2022. Mesmos vacinados, precisamos continuar tomando as medidas individuais de proteção: usar máscaras, manter distanciamento físico de 1,5 metro, evitar aglomerações e ambientes fechados sem ventilação natural e realizar higiene das mãos", explicou o epidemiologista.*